

_UMA ANÁLISE DOS TERMOS DE USO DE REPOSITÓRIOS DE RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS NO BRASIL

Tel Amiel
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
tamiel@unicamp.br

Karen Santos
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
g073295@iqm.unicamp

Resumo_Partindo de uma análise centrada nos princípios dos recursos educacionais abertos (REA), investigamos os termos de uso de 12 portais contendo recursos digitais educacionais no Brasil. A análise dos termos foi conduzida em três camadas: pela página principal, página de metadados (quando disponível) e uma análise aleatória de recursos. O estudo aponta para uma grande ambiguidade na terminologia utilizada para descrever os termos de uso e permissões, o que pode limitar as possibilidades para uso, remix, adaptação e reuso legal dos recursos. Discutimos a importância dessas questões para disseminação de uma cultura de compartilhamento e de práticas abertas na educação básica, e apresentamos algumas recomendações para repositórios baseado nas análises feitas.

Palavras-chave_recursos educacionais abertos; objetos de aprendizagem; repositórios.

1 Introdução

Com o incentivo crescente para a utilização de novas mídias em espaços formais e não formais de ensino, há cada vez mais interesse na disseminação de recursos educacionais digitais. Nesse cenário, repositórios e bibliotecas digitais têm papel primordial:

[...] na sociedade da informação, a educação tem seu papel transformado e as estratégias de ensino e aprendizagem se modificaram para atender às novas demandas educativas. Os repositórios educacionais estão alinhados com uma perspectiva de aprendizagem aberta, colaborativa e que utiliza intensivamente recursos tecnológicos para estimular a autonomia e a emancipação do aprendiz (SILVA; CAFÉ; CATAPAN, 2010).

A criação desses espaços de compartilhamento é progressivamente influenciada pelo movimento para recursos educacionais abertos (REA):

Os REA são materiais de ensino, aprendizado e pesquisa em qualquer suporte ou mídia que estão sob domínio público ou são licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam acessados, utilizados, adaptados e redistribuídos por terceiros. O uso de formatos técnicos abertos facilita o acesso e reuso potencial dos recursos. Os REA podem incluir cursos completos, partes de cursos, módulos, guias para estudantes, anotações, livros didáticos, artigos de pesquisa, vídeos, instrumentos de avaliação, recursos interativos como simulações e jogos de interpretação, bancos de dados, *software*, aplicativos (incluindo versões para dispositivos móveis) e qualquer outro recurso educacional de utilidade. O movimento REA não é sinônimo de aprendizado *on-line*, EaD ou educação por meio de dispositivos móveis. Muitos REA – mesmo que possam ser compartilhados por meio de formatos digitais – também podem ser impressos (UNESCO/COL, 2011, tradução nossa).

Instituições reconhecidas têm demonstrado interesse em disponibilizar recursos digitais em portais *on-line*, muitas seguindo o modelo OpenCourseWare – OCW (<http://ocwconsortium.org>). No Brasil, membros associados ao OCW incluem a Fundação Getulio Vargas (<http://www5.fgv.br/fgvonline>) e o Colégio Visconde de Porto Seguro (<http://www.ocw.portoseguro.org.br>). Já existe uma proposta séria para uma “universidade REA” (OERu, http://wikieducator.org/OER_university/Home), reunindo um consórcio de universidades que agirão como “certificadoras”, bem como cursos abertos, como os Cursos Abertos Massivos On-line (Massive Open Online Courses – Mooc), com a participação de milhares de alunos que trilham seus próprios caminhos (INUZUKA; DUARTE, 2012).

Os conceitos e princípios por trás do movimento REA fornecem embasamento e orientação para instituições e organizações interessadas em disponibilizar recursos de forma aberta (OPAL, 2011). A disponibilização de recursos educacionais abertos em larga escala tem também impulsionado uma forte reflexão quanto a modelos mais abertos de ensino e aprendizagem em todos os níveis de ensino formal (AMIÉL, 2012).

O mesmo movimento tem levado a novas perspectivas sobre autoria e direitos do autor:

As atuais discussões relativas ao acesso do material protegido por direito autoral, na rede, conduzem a um aparente impasse entre o interesse público e privado, pelo

menos na atual conjuntura. A demanda pelos usuários da rede por alternativas de uso que não sejam taxadas (sic) de violadoras de direitos de terceiros encontra cada vez mais repercussão entre os usuários da Internet, sobretudo, entre os países subdesenvolvidos (PERALTA; SILVA; TERUYA, 2011).

Existe, crescentemente, uma tensão entre a legislação que regulamenta os direitos autorais e as normas sociais que regulam o consumo e a circulação de bens culturais e intelectuais (MIZUKAMI; LEMOS, 2008). Esses problemas se transferem para a esfera educacional na medida em que as exceções e limitações são restritivas ou confusas (MIZUKAMI et al., 2008). Quando instituições organizam espaços para divulgação e compartilhamento de recursos digitais de maneira aberta, a discussão em torno do direito do autor se torna de grande importância (VEST, 2006). Como exemplo podemos ressaltar o portal OCW do Massachusetts Institute of Technology (MIT), pioneiro nesse movimento, que mantém, em sua equipe, duas pessoas dedicadas exclusivamente à análise de questões relacionadas à propriedade intelectual (MIT OCW, 2013).

2 Recursos e objetos

Talvez os exemplos mais emblemáticos de recursos educacionais digitais sejam os “objetos de aprendizagem” (OA), comumente reconhecidos como pequenas demonstrações e simulações utilizadas para explicar um único conceito em uma área do conhecimento. Uma definição para OA aponta quatro critérios:

[...] (1) ser digitais, isto é, possam ser acessados através do computador, preferencialmente pela Internet; (2) ser pequenos, ou seja, possam ser aprendidos e utilizados no tempo de uma ou duas aulas; (3) focalizar em um objetivo de aprendizagem único e (4) serem de fácil utilização (CASTRO-FILHO et al., 2008, p. 584).

Apesar da proliferação de portais e bibliotecas digitais contendo objetos de aprendizagem ao redor do planeta, os OA não atingiram o nível de uso esperado. Alguns problemas incluem a multiplicação de complexos esquemas de metadados, sustentabilidade, remuneração e reconhecimento, além da falta de alinhamento entre o desenvolvimento dos recursos e contextos de uso (PARRISH, 2004; GUNN; WOODGATE; O’GRADY, 2005). Ademais, projetos que utilizam OA não são imunes a problemas já conhecidos dos espaços educacionais, como a falta de infraestrutura, capacitação e formação

continuada, manutenção de equipamentos, apoio ao docente, entre outros (AMIEL, 2006).

A questão do contexto deve ser ressaltada como primordial. Nesse sentido, a perspectiva educacional dos OA aponta para recursos fechados, prontos e criados para uso em contextos predeterminados, imaginados por *designers*, muitos distantes do contexto final de uso (AMIEL; WEST, 2011). Os REA propõem maior ênfase na possibilidade de reuso e apropriação do recurso por diferentes usuários e em diferentes atividades (AMIEL; OREY; 2011).

O que define de maneira contundente as diferenças entre OA e REA é o conceito de “abertura” desses recursos, um tema que ganha crescente importância no âmbito da educação. A discussão em torno da abertura de um recurso refere-se principalmente a dois aspectos. O primeiro diz respeito à flexibilidade das condições para o uso diretamente ligado ao direito autoral e às licenças. Rossini (2010) analisou vários projetos educacionais brasileiros com presença *on-line*. O estudo apontou falta de dados, dados conflitantes ou falta de clareza nos termos de uso em muitos dos projetos. Esses entraves limitam o potencial de uso desses recursos por usuários finais como professores e alunos. O segundo aspecto trata da priorização de formatos que permitam que o recurso seja utilizado e modificado com facilidade, ou seja, uma abertura técnica. Sendo assim, deve-se considerar a restrição que se cria quando um recurso é disponibilizado em sua fonte original ou compilado (código-fonte *versus* executável); quando se disponibiliza o documento em um formato não editável ou de difícil modificação (PDF *versus* TXT); se o recurso é disponibilizado em um formato proprietário/não especificado ou formato aberto/padrão e se este está disponível (DOC ou RTF *versus* ODT ou HTML).

As escolhas em torno dos termos de uso têm implicações claras para o acesso aos bens culturais e educacionais, na medida em que os recursos digitais são bens não rivais (SIMON; VIEIRA, 2008), ou seja, podem ser utilizados por várias pessoas ao mesmo tempo; e seu custo de reprodução é muito baixo ou nulo, ou seja, providenciar acesso a mais pessoas não resulta em um custo considerável (BENKLER, 2005). Por exemplo, um livro didático é feito para ser utilizado somente por uma pessoa por vez. Reproduzi-lo acarreta um custo considerável. Um livro digital, uma vez produzido, pode ser utilizado por várias pessoas, e seu custo de reprodução digital é zero (ignoramos, por questão de espaço neste artigo, a pertinente discussão sobre a inclusão digital). O potencial impacto desse recurso será multiplicado se o usuário

final tiver o direito de uso, reuso, revisão, remix e redistribuição do recurso (WILEY, 2013).

No Brasil, essa questão se mostra atual e relevante. O edital de convocação para Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2014 contempla a compra de “conteúdos multimídia” em formato digital que complementem os materiais impressos, utilizando a terminologia “objeto educacional”. Os termos do edital apresentam restrições que impactam diretamente a abertura e disponibilidade desses recursos (para uma discussão abrangente, ver SANTANA, 2012).

Diante do número crescente de portais, repositórios e bibliotecas digitais no Brasil e da discussão em torno do conceito de “abertura” dos recursos, propusemos um estudo sobre a abertura legal dos recursos disponíveis em portais educacionais brasileiros. Partimos de uma inquietação: se professores e alunos são encorajados a buscar, utilizar e produzir recursos digitais, até que ponto os portais educacionais amparam essas atividades? Ou seja, até que ponto professores e alunos encontram recursos verdadeiramente abertos nos portais disponíveis em português?

Com base nessas questões, investigamos 12 portais educacionais brasileiros e seus recursos com o objetivo de abordar aspectos relacionados à abertura legal deles. A seguir, além de uma explanação sobre a metodologia e os resultados, apresentamos a relevância da abertura legal e dos termos de uso para as práticas e atividades que envolvem recursos educacionais.

3 Metodologia

Ao contrário da *web* que proporciona inúmeros espaços para recursos de maneira aberta e flexível, bibliotecas e repositórios digitais delimitam fronteiras por meio de coleções – é parte do que as torna atraentes e ao mesmo tempo diferentes de outros espaços virtuais. Uma biblioteca digital é uma “coleção focada de recursos digitais, incluindo texto, vídeo e áudio, em conjunto com métodos para acesso e busca, e seleção, organização e manutenção da coleção” (WITTEN; BAINBRIDGE; NICHOLS, 2010, p. 7, tradução nossa). Repositórios diferem em alguns critérios:

Repositórios de objetos de aprendizagem diferem de bibliotecas especializadas, tendo em vista que a filosofia que norteia o funcionamento desses repositórios é baseada no processo de colaboração e no autoarquivamento, uma vez que todos podem colocar seus objetos e partilhá-los com espírito de comunidade (SILVA; CAFÉ; CATAPAN, 2010).

QUADRO 1 – LISTA DE PORTAIS PESQUISADOS

| NOME | MANTENEDOR | RECURSOS |
|---|-------------------|--------------|
| Banco Internacional de Objetos Educacionais | MEC/MCT | Agregados |
| Biblioteca Digital de Ciências | Unicamp | Exclusivos |
| BVCH – Livros Brasileiros | Centro Edelstein | Exclusivos |
| BVCH – Plataforma democrática | Centro Edelstein | Agregados |
| BVCH – Sociedade de informação | Centro Edelstein | Agregados |
| Brasiliana | USP | Exclusivos |
| Domínio Público | MEC | Agregados |
| Klick Educação | Klicknet | Exclusivos |
| LabVirt | USP | Exclusivos |
| Matemática Multimídia | Unicamp | Exclusivos |
| Edumatec | UFRGS | Exclusivos |
| Pearson Copyleft | Pearson Education | Contribuídos |
| Portal do Professor | MEC | Contribuídos |
| Projeto Folhas | SECED/Paraná | Exclusivos |

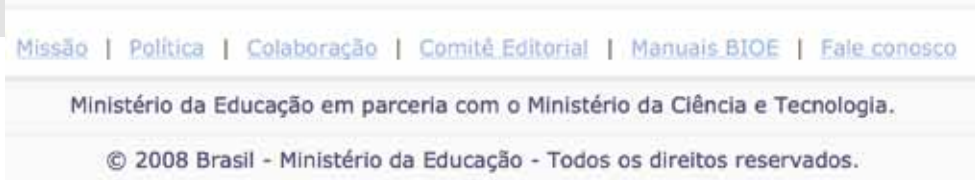
Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base nas definições apresentadas anteriormente, criamos um critério simples de organização para a análise dos repositórios e bibliotecas neste estudo. Não fizemos maior distinção entre os termos, porém os utilizamos para considerar a categorização dos *sites* investigados. Chamamos de “exclusivos” os *sites* que têm como meta disponibilizar recursos originais, ou recursos que foram editorados e disponibilizados em primeira mão. Portais com recursos “agregados” são compostos, principalmente, por recursos em outros *sites* que são referenciados pelo portal por meio de metadados. “Contribuídos” são portais que têm como missão principal proporcionar espaço para a contribuição de recursos por usuários, quaisquer que sejam.

A lista final de portais investigados ficou em 12 (Quadro 1). Dos portais originalmente selecionados, um foi eliminado por problemas contínuos de acesso à página (Rived). Um portal foi expandido em três (Biblioteca Virtual de Ciências Humanas – BVCH) por contar com recursos em três espaços com diferentes características.

Identificamos os termos de uso por meio de uma análise de conteúdo conduzida em três níveis. Primeiro, os termos de uso são definidos para o *site* como um todo, usualmente na página inicial do portal ou em uma página específica sobre termos de uso (ver exemplo na Figura 1).

FIGURA 1 – PÁGINA PRINCIPAL



Fonte: Banco Internacional de Objetos Educacionais.

Segundo, em muitos portais, quando se clica em *link* para um recurso, uma nova página informativa contendo o recurso e outra informação pertinente se abre. Esse modelo é prevalente em sistemas que se assemelham a bibliotecas digitais, e essa página intermediária usualmente contém os metadados associados ao recurso. Portanto, o segundo nível de análise foi feito para páginas específicas para cada recurso, quando disponíveis (ver exemplo na Figura 2). Terceiro, executamos cada recurso e buscamos neles os termos de uso. Para cada *site* investigado, escolhemos aleatoriamente cinco recursos para análise para um total de 60 recursos.

FIGURA 2 – PÁGINA DE UM RECURSO

Fonte: Matemática Multimídia.

4 Resultados

A seguir, apresentamos os resultados da análise dividindo a explanação nas três categorias de análise: agregados, contribuídos e exclusivos (Quadro 1). Nessas categorias, resumimos os resultados dos três níveis de análise: página principal, página do recurso (se disponível) e do recurso em si. No Quadro 2, demonstramos a análise feita, tendo como exemplo o Banco Internacional de Objetos Educacionais (Bioe). Por uma questão de espaço, a listagem de todos os recursos consultados para esta pesquisa está disponível em um *site* para consulta (<http://www.educacaoaberta.org/wiki>). Em seguida, apresentamos os resultados por classificação.

QUADRO 2 – ANÁLISE DOS TERMOS DE USO DO BIOE (RESUMIDO)

| PÁGINA | URL | PÁGINA DO RECURSO | RECURSO (s) |
|------------------------------|-------|--|-------------|
| Todos os direitos reservados | /1977 | Não há | Não há |
| | /7767 | “Termo de cessão dado pelo autor ou seu representante, diretamente ao Ministério da Educação, que permite reprodução, tradução, distribuição e a transferência” (“Detentor do direito autoral: Domínio Público”) | Não há |

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.1 Agregados

A página inicial do Bioe explicita “todos os direitos reservados”. As páginas dos recursos apresentam direitos de uso variados e confusos: um identifica o Ministério da Educação (MEC) como detentor de direito autoral; o outro identifica que os direitos foram cedidos ao MEC (recurso do LabVirt); um terceiro usa o mesmo termo de cessão ao MEC, porém adiciona nota que o detentor de direito autoral é o “Domínio Público”; o quarto recurso aponta para o portal Rived com uma licença indicando que os recursos “são públicos e estarão sendo, gradativamente, licenciados pelo Creative Commons”, mas sem explicitar qual é a licença específica; a quinta página examinada nada cita. Os recursos em si não continham informações sobre os termos de uso.

A Sociedade da Informação (BVCH) inclui termos de uso que permitem somente consulta: “Todos os textos podem ser consultados em forma gratuita”. A página do recurso e o recurso em si não contêm informações sobre termos de uso. A Plataforma Democrática (também BVCH) não apresenta termos em sua página principal, na página do recurso, nem no recurso em si.

Apesar de explícito, os termos de uso no portal “Domínio Público” são confusos: “O acervo disponível para consulta neste endereço eletrônico é compos-

to, em sua grande maioria, por obras que se encontram em domínio público ou obras que contam com a devida licença por parte dos titulares dos direitos autorais pendentes”. A expressão “em sua maioria” abre a possibilidade de exceções que poderiam em princípio ser endereçadas no nível da página ou do recurso, porém nenhum dos recursos visitados apresentou qualquer informação sobre os termos de uso. Como já apontou Rossini (2010), o nome do portal, “Domínio Público”, exacerba a confusão, já que leva o usuário à conclusão de que todos os recursos disponíveis estão efetivamente no domínio público.

4.2 Contribuídos

A página inicial do Portal do Professor define os seguintes termos: “Todos os Recursos estão licenciados pelo Creative Commons ou são cedidos pelo(s) autor(es) ou seu representante diretamente ao Ministério da Educação”. O termo de uso especifica que os recursos podem “ser baixados, copiados e distribuídos, sendo vedada qualquer utilização com finalidade lucrativa”. Nos cinco casos investigados, o recurso em si não apresentou informações sobre termos de uso. As páginas dos recursos que contêm os metadados associados apresentam grandes divergências entre si e ambiguidade nos termos. Uma das páginas não cita nenhuma informação, uma explicita uma licença *Creative Commons* específica, porém em inglês; uma terceira utiliza os mesmos termos de uso da página inicial, mas em espanhol. O quarto recurso investigado está hospedado no portal Domínio Público e, portanto, tem termos de uso conflitantes com a página inicial do Portal do Professor. O quinto recurso investigado utiliza a mesma linguagem da página inicial, porém com terminologia que sugere que somente o MEC detém direitos de uso sobre o recurso: “abrange o direito do Ministério da Educação de utilizar a(s) OBRA(S) [...]”.

O Portal Pearson Copyleft apresenta um extenso parágrafo em que explica os termos de uso, ressaltando que o portal não é destinado a atividades comerciais, e adiciona:

Os autores dos conteúdos, ao cedê-los para o espaço da comunidade, autorizam sua transcrição, total ou parcial, em qualquer formato ou base, sem remuneração, no presente ou no futuro. Os conteúdos eventualmente utilizados por terceiros, participantes ou não da comunidade, não podem ser alterados ou adaptados sem a devida autorização dos respectivos autores [...].

A utilização da terminologia *copyleft* (KAPCZYNSKI, 2010) sugere que recursos podem ser adaptados livremente, contanto que sejam compar-

tilhados com a mesma licença do original. No entanto, os termos indicam impedimentos à adaptação ou alteração dos recursos. As páginas e os recursos investigados não contêm termos de uso, enfatizando a necessidade de clareza na página inicial. A terminologia alongada e confusa foge do ideal de um portal “aberto” que permitiria termos de uso mais flexíveis e claros. A utilização de uma licença clara (nesse caso, possivelmente *Creative Commons-BY-NC-SA*) expressaria os termos de maneira sucinta ao usuário final.

4.3 Exclusivos

O repositório Brasileira Digital apresenta os termos de uso de maneira coesa e consistente. A página principal determina que todos os materiais estão no domínio público, que o uso deve ser não comercial e que a atribuição deve incluir o(s) autor(es) original(is), bem como a Brasileira Digital. As páginas dos recursos não contêm informações, entretanto os recursos em si incluem os mesmos termos de uso indicados na página principal. Dos cinco recursos investigados, quatro eram de cunho textual e continham os mesmos termos de uso da página inicial em uma página anexa ao recurso. Somente um dos recursos (gráfico/mapa) não continha informações sobre os termos.

O Projeto Folhas contém uma notificação de *copyright* em sua página inicial, em rodapé. As páginas de recursos mantêm o rodapé, e os recursos investigados não continham qualquer informação sobre os termos de uso. Vale ressaltar que o Projeto Folhas faz parte de uma iniciativa de geração de recursos didáticos por professores da rede pública do Estado do Paraná. O “Livro Didático Público”, comumente citado com um caso exemplar de REA, é somente uma parte do Projeto Folhas (cf. ROSSINI, 2010).

O projeto Matemática Multimídia, um exemplo mais recente de geração de conteúdo com financiamento público, cita claramente uma licença *Creative Commons* em sua página inicial (CC-BY-NC-SA). Das cinco páginas dos recursos, três repetiram a mesma terminologia na página inicial e duas páginas não continham informações. Dois recursos continham a mesma licença em um “guia” para o professor que acompanhava os recursos, e um nada mencionava. Dois recursos fazem uso de licença *Creative Commons* aparentemente similar à da página inicial, porém utilizam simbologia divergente (Figura 3).

A simbologia remete à licença CC-BY-NC-SA, porém difere dos símbolos utilizados no site do *Creative Commons* brasileiro (<http://www.creativecommons.org.br>) ou *Creative Commons* internacional (<http://creativecommons.org/>

FIGURA 3 – SIMBOLOGIA ANEXA AO RECURSO



Fonte: Matemática Multimídia.

licenses/). O usuário que queira buscar maiores informações sobre o significado dos termos de uso terá dificuldade de encontrar o significado da simbologia.

O LabVirt, um espaço mais antigo, não aponta qualquer termo de uso em sua página principal. Três dos recursos investigados foram classificados em sua página como “Domínio Público” e outras duas páginas nada indicavam. Os recursos em si não indicaram qualquer termo de uso (um dos *links* para o recurso abriu outro em outro *site* – com “todos os direitos reservados”).

O Klick Educação proporciona conteúdos em três níveis: acessíveis sem cadastro, acessíveis para usuários cadastrados e acessíveis somente para usuários pagantes. A página principal indica *copyright* em rodapé, o que se mantém nas páginas dos recursos. Dos recursos investigados (acessíveis com ou sem cadastro), nenhum continha informação sobre os termos de uso, com exceção de um originário da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro (o recurso contém um trecho inicial que explica a origem/termos, permitindo livre distribuição sem modificação (sem derivados), contanto que o texto explicativo seja mantido).

O Edumatec da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) menciona *copyright* em sua página principal. O portal aponta para vários recursos externos (principalmente *software* educacional), mas contém uma série de atividades e recursos hospedados localmente. No escopo desta investigação, não havia páginas de recursos, e os recursos em si não contêm termos de uso explicitados.

A Biblioteca Digital de Ciências indica em sua página inicial que “Todo conteúdo aqui disponibilizado é oferecido gratuitamente para ser usado livremente, sendo de responsabilidade dos autores”. Das páginas dos recursos, três nada citaram, e duas apontam para uma licença “Creative Commons – Atribuição 2.5 Brasil”, porém indicam contradições na sequência do texto, indiciando que não se permite uso comercial (NC) e que o recompartilhamento deve seguir com a licença igual à original (SA, *copyleft*). Há alinhamento entre as licenças explicitadas nas páginas e nos recursos em si.

O portal de Livros Brasileiros (BVCH) aponta em sua página principal que os livros disponíveis foram incluídos no *site* com a devida autorização dos detentores de direitos autorais (autores ou editoras) ou estão no domínio público. Os recursos investigados incluem adendos que explicitam os detentores originais dos direitos (*copyright* e nome do autor), e que o “Centro Edelstein” é detentor dos direitos da edição disponibilizada *on-line*. Apesar de utilizar o símbolo (©), esclarece que “A publicação ou partes dela podem ser reproduzidas para propósito não-comercial na medida em que a origem da publicação, assim como seus autores, seja reconhecida”. Apesar da clareza, para o usuário pode haver potencial conflito de entendimento entre a simbologia e terminologia que decorre do uso comum do termo *copyright*.

5 Discussão

Na lógica do movimento REA, a clareza quanto aos termos de uso dos recursos é uma condição básica para que recursos sejam aproveitados em sua totalidade por usuários finais com respeito aos autores e detentores dos direitos. Com base nos dados coletados e analisados, podemos apontar a complexidade que o usuário enfrenta nos mais variados repositórios.

Primeiro, podemos destacar a questão do alinhamento entre os diferentes níveis de informação. Dos 12 portais investigados, somente dois não incluíam informação alguma sobre os direitos de uso em sua página inicial. Quatro *sites* utilizam a terminologia de *copyright* ou “todos os direitos reservados” sem maiores esclarecimentos. É necessário que portais consolidem seus termos em uma linguagem única ou explicitem claramente as ambiguidades inerentes ao modelo adotado. Nesse sentido, os portais “agregadores” têm tarefa especialmente complexa na explicitação dos termos de uso. Como geralmente apontam para recursos de outros repositórios, dependem da clareza nos metadados dos recursos agregados. É recomendado que a página principal do agregador explicitamente a natureza do serviço prestado, apontando o usuário a uma página explanatória ou uma página do recurso (contendo os metadados) para orientação quanto aos termos de uso específico. Ao mesmo tempo, portais que têm como meta agregar a contribuição de usuários devem definir com clareza os tipos de recursos aceitáveis e os termos associados a estes.

Segundo, ressaltamos a importância de atrelar os termos de uso ao recurso em si. Dada a natureza dos repositórios, podemos imaginar alguns cenários de uso que levam a diferentes percursos. Primeiro, usuários podem navegar até a página principal do repositório fazendo uma busca ou navegando por

meio das opções disponíveis. Em um segundo caso, o usuário pode encontrar o recurso por meio de um *link* em um *site* externo à página do recurso. Em um terceiro caso, recursos abertos podem estar hospedados em *sites* diferentes dos originais. Na medida em que os recursos são reproduzidos em outros portais, a falta de informação atrelada ao recurso em si não permite que o usuário identifique o que pode ou não fazer com o recurso encontrado. Sem a inclusão de metadados ou informações no próprio recurso, o usuário não terá qualquer informação sobre os termos de uso ou origem do recurso. Licenças como a *Creative Commons* são de fácil entendimento e claramente identificadas por meio de texto ou imagem. Em muitos casos, essa metodologia é impraticável. Nesse caso, o uso de metadados é particularmente importante para explicitar as minúcias dos termos de uso e facilitar o acesso ao recurso em si por meio de *sites* de busca (como Google que permite buscar filtrando por “direitos de uso”). O próprio *Creative Commons* otimiza esse processo ao definir código HTML específico para cada licença (<http://creativecommons.org/choose/?lang=PT>).

Terceiro, em muitos casos, os termos explicitados poderiam ser simplificados e escritos de maneira mais sucinta, ou facilmente substituídos por licenças já estabelecidas como GNU (<http://www.gnu.org/licenses>) ou *Creative Commons*, que rapidamente está se tornando um padrão mundial.

Vale ressaltar que os dados aqui apresentados foram coletados durante o ano de 2011. Tendo em vista a fluidez dos conteúdos disponíveis na *web* e o constante aprimoramento dos *sites*, os conteúdos e as informações podem não estar disponíveis ou ter sofrido modificação. O trabalho não visa criticar a “negligência” dos *sites* escolhidos nem determinar quais devem ser as licenças e os termos de uso. Reconhecemos que a escolha de termos e licenças é um processo complexo e contextualizado. No entanto, coube a este trabalho apontar, com base em alguns exemplos concretos, possibilidades para maior clareza nos termos de uso em repositórios educacionais. Como resultado deste trabalho, criamos um guia informativo sobre o tema para administradores de portais, no qual se esclarecem possibilidades e apontam-se questões quanto à escolha de terminologia para os seus *sites* (<http://educacaoaberta.org/wiki/>).

Na medida em que o volume de recursos educacionais cresce, aumenta também o papel de repositórios e bibliotecas que organizam recursos e fomentam a troca e a colaboração. Para que possamos encorajar o uso, reúso e compartilhamento legal de recursos, é essencial que esses repositórios trabalhem em direção à maior clareza quanto aos termos de uso.

An analysis of the terms of use of digital educational resources repositories in Brazil

Abstract_Based on the principles of open educational resources (OER), we investigated the terms of use displayed by twelve portals dedicated to digital educational resources in Brazil. The analysis was conducted in three layers, investigating terminology available on the main page, a meta-data page (if available) and a random selection of available content. The analysis indicates substantial ambiguity in the terminology used to specify user rights and permissions, which can lead to limitations in regards to the legal use, remix, repurposing, and reuse of these resources. We discuss the importance of these issues in disseminating a culture of collaboration and open educational practices in K-12 education, and present a set of recommendations for repositories based on the conducted analyses.

Keywords_open educational resources; learning objects; repositories.

6 Referências

- AMIEL, T. Mistaking computers for technology: technology literacy and the digital divide. *AACE Journal*, v. 14, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.editlib.org/index.cfm?fuseaction=Reader.ViewAbstract&paper_id=6155>. Acesso em: 1º mar. 2013.
- AMIEL, T. Educação aberta: configurando ambientes, práticas e recursos educacionais. In: SANTANA, B.; ROSSINI, C. et al. (Ed.). *Recursos educacionais abertos: práticas colaborativas e políticas públicas*. São Paulo: Casa da Cultura Digital, Edufba 2012. p. 17-34.
- AMIEL, T.; OREY, M.; WEST, R. Recursos educacionais abertos: modelos para localização e adaptação. *Educação Temática Digital*, 2011. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/>>. Acesso em: 10 fev. 2013.
- AMIEL, T.; WEST, R. Proceedings of the 1st Symposium on Open Educational Resources. 1. Logan, Utah, 2011. Disponível em: <<http://educacaoaberta.org/rea/17-2/symposium-proceedings>>. Acesso em: 1º fev. 2013.
- BENKLER, Y. Common wisdom: peer production of educational materials. Center for Open and Sustainable Learning at the Utah State University. Logan, Utah, 2005. Disponível em: <http://www.benkler.org/Common_Wisdom.pdf>. Acesso em: 1º mar. 2013.
- CASTRO-FILHO, J. A. D. et al. Quando objetos digitais são efetivamente para aprendizagem: o caso da matemática. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 19., 2008, Fortaleza. Fortaleza: Sociedade Brasileira de Computação, 2008. p. 583-592.
- GUNN, C.; WOODGATE, S.; O'GRADY, W. Repurposing learning objects: a sustainable alternative? *ALT-J: Research in Learning Technology*, v. 13, n. 3, p. 189-200, 2005. Disponível em: <<http://repository.alt.ac.uk/96/>>. Acesso em: 1º mar. 2013.

- INUZUKA, M. A.; DUARTE, R. T. Produção de REA apoiada por Mooc. In: SANTANA, B. et al. (Ed.). *Recursos educacionais abertos: práticas colaborativas e políticas públicas*. São Paulo: Casa da Cultura Digital, Edufba 2012. p. 193-217.
- KAPCZYNSKI, A. Access to knowledge: a conceptual genealogy. In: KRİKORIAN, G. L.; KAPCZYNSKI, A. (Ed.). *Access to knowledge in the age of intellectual property*. New York: Zone Books, 2010. p. 17-56.
- MIT OCW. *Why donate?* Disponível em: <<http://ocw.mit.edu/donate/why-donate/>>. Acesso em: 1º fev. 2013.
- MIZUKAMI, P. N.; LEMOS, R. Culture: the emergence of open business. In: SHAVER, L. (Ed.). *Access to knowledge in Brazil: new research on intellectual property, innovation and development*. New Haven, CT: Yale Law School, 2008. p. 25-63.
- MIZUKAMI, P. N. et al. Expections and limitations to copyright in Brazil: a call for reform. In: SHAVER, L. (Ed.). *Access to knowledge in Brazil: new research on intellectual property, innovation and development*. New Haven: Yale Law School, 2008. p. 67-114.
- OPAL. *Guidelines for open educational practices in organizations*. 2011. Disponível em: <<http://www.oer-quality.org/wp-content/uploads/2011/03/OPAL-OEP-guidelines.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2013.
- PARRISH, P. E. The trouble with learning objects. *Educational Technology Research and Development*, v. 52, n. 1, p. 49-67, 2004.
- PERALTA, P. P.; SILVA, E. F. D.; TERUYA, D. Y. Busca de consenso entre o direito do autor e o acesso à informação pelo público na rede de computadores: uma ótica dos tratados relativos ao direito autoral. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 16, p. 116-130, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362011000300007&nrm=iso>. Acesso em: 1º fev. 2013.
- ROSSINI, C. *Green-Paper*. The state and challenges of OER in Brazil: from readers to writers? Boston: Harvard University, 2010. Disponível em: <<http://cyber.law.harvard.edu/publications>>. Acesso em: 1º fev. 2012.
- SANTANA, B. Materiais didáticos digitais e recursos educacionais abertos. In: SANTANA, B. et al. (Ed.). *Recursos educacionais abertos: práticas colaborativas e políticas públicas*. São Paulo: Casa da Cultura Digital, Edufba 2012. p. 133-142.
- SILVA, E. L. D.; CAFÉ, L.; CATAPAN, A. H. Os objetos educacionais, os metadados e os repositórios na sociedade da informação. *Ciência da Informação*, v. 39, p. 93-104, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010019652010000300008&nrm=iso>. Acesso em: 1º fev. 2013.
- SIMON, I.; VIEIRA, M. S. O rossio não-rival. In: SIMON, I.; VIEIRA, M. S. (Ed.). *Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder*. Salvador: UFBA, 2008. p. 15-30.

- UNESCO/COL. Guidelines for open educational resources (OER) in higher education. Vancouver, 2011. Disponível em: <<http://www.col.org/resources/publications/Pages/detail.aspx?PID=364>>. Acesso em: 5 fev. 2013.
- VEST, C. M. Open content and the emerging global meta-versity. *Educause Review*, p. 18-30, May/June 2006.
- WILEY, D. *Defining the "open" in open content*. Disponível em: <<http://opencontent.org/definition/>>. Acesso em: 5 fev. 2013.
- WITTEN, I. H.; BAINBRIDGE, D.; NICHOLS, D. M. *How to build a digital library*. 2. ed. Amsterdam: Morgan Kaufmann Publishers, 2010.